



ACÓRDÃO Nº 171/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11835/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB.
- 4- **Advogado:** Não possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsáveis:** Srs. Sidney Robertson Oliveira de Paula, Diretor Presidente no período de 01/01 a 31/07/2015; Gilberto Alves de Deus, Diretor Presidente no período de 31/07 a 02/10/2015; Indra Mara Bessa dos Santos, Diretora Presidente no período de 03/10 a 31/12/2015.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4168/2017-PGC/Pedido de Vistas, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador Geral (fls.2061/2062).
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB.
Exercício 2015.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo.
Recomendações. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância parcial** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Diretor Presidente da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, no período de 01/01 a 31/07/2015, com fulcro no art. 22, II, da Lei 2.423/96;
- 10.2- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Gilberto Alves de Deus**, Diretor Presidente da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, no período de 31/07 a 02/10/2015, com fulcro no art. 22, II, da Lei 2.423/96;
- 10.3- **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Indra Mara Bessa dos Santos**, Diretora Presidente da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, no período de 03/10 a 31/12/2015, com fulcro no art. 22, II, da Lei 2.423/96;
- 10.4- **Aplicar multa** ao **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Diretor Presidente da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB no período de 01/01 a 31/07/2015, **no valor de R\$ 2.192,06**, conforme art. 308, I, item b, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 10.5- **Fixar Prazo** ao **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Diretor



ACÓRDÃO Nº171/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Presidente da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB no período de 01/01 a 31/07/2015, **de 30 dias** para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/2002), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução 04/2002;

10.6- Recomendar à origem que:

a) Observe com mais atenção à ordem cronológica, como exige alínea “a” do art. 5º da Resolução n. 06/1990;

b) Emita e apresente tempestivamente a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o art. 195, § 3º, da CF/88, c/c o art. 29, III e IV, da Lei n. 8.666/93;

c) Emita notas explicativas quanto ao Planejamento Orçamentário e Financeiro, apontando mais claramente o cumprimento do art. 48, b, da Lei n. 4.320/64, no que se trata do Equilíbrio Fiscal.

d) Observe com mais atenção ao prazo para publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, conforme Parágrafo Único do art. 61 da Lei n. 8.666/93;

e) Observe com mais atenção à documentação exigida por este Tribunal de Contas nos exercícios futuros, constantes na Resolução TCE n. 04, de 16/03/2016;

10.7- Dar ciência desta decisão aos responsáveis;

10.8- Cumpridas as determinações acima, arquivar os autos, nos termos regimentais.

10- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 20 de Março de 2018.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral em substituição